



Índice

- 01** [MPF pede suspensão do licenciamento da hidrelétrica de São Manoel](#)
- 02** [Audiência pública interativa debate desempenho de cotistas nas universidades](#)
- 03** [Chamada dispõe R\\$ 7 milhões para alimentos destinados a grupos e emergência](#)
- 04** [Câmara dos Deputados adia instalação de grupo que analisará PEC 215](#)
- 05** [Juízes demandam que Ministro da Justiça assine portaria da TI Tupinambá de Olivença](#)
- 06** [Vídeo critica discurso ruralista em meio à ofensiva contra demarcação de terras indígenas](#)
- 07** [Em menos de 24 horas outra indígena de 19 anos é encontrada morta em Amambai](#)
- 08** [Professores indígenas ocupam Secretaria da Educação por concurso](#)
- 09** [Polícia monta operação para conter invasão de terreno em Iranduba no AM](#)
- 10** [Médicas cubanas vão atender indígenas da região de Itaituba, PA](#)
- 11** [Em MS, ocupação de índios na sede da Sesai completa cinco dias](#)
- 12** [Derrubada de mastros marca encerramento do Sairé no Pará](#)
- 13** [Indígena brasileiro recrutado pelas Farc se entrega na Colômbia](#)
- 14** [Em Boa Vista, indígena leva seis facadas de paciente psiquiátrico](#)



MPF pede suspensão do licenciamento da hidrelétrica de São Manoel

SÍTIO PGR, 23.09.2013

Apesar do estudo dos impactos sobre os indígenas não ter sido concluído, Ibama agendou audiências públicas

O Ministério Público Federal no Mato Grosso (MPF/MT) e no Pará (MPF/PA) pediram à Justiça a suspensão urgente de audiências públicas sobre o licenciamento ambiental da usina hidrelétrica São Manoel, projetada para ser construída no rio Teles Pires, na divisa dos Estados do Pará e Mato Grosso. O MPF pede que as audiências fiquem suspensas até que seja finalizado o estudo de medição de impactos da obra sobre os povos indígenas, chamado de estudo do componente indígena.

O pedido de suspensão foi ajuizado na última terça-feira, 17 de setembro. Na quinta-feira o pedido foi encaminhado para decisão da 1ª Vara Federal em Cuiabá (MT). As próximas audiências públicas estão marcadas para a semana que vem, nos dias 27, 29 e 30, em Paranaíta (MT), Jacareacanga (PA) e Itaituba (PA), respectivamente.

A ação aponta irregularidades praticadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo o MPF/MT e o MPF/PA, a EPE não apresentou uma versão completa do estudo do componente indígena e o Ibama aceitou o estudo mesmo assim.

O estudo deveria ter sido feito de acordo com as diretrizes de um termo de referência elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O termo de referência estabelecia o que deveria ter sido estudado para medir os impactos da obra sobre os povos indígenas da região.

“O documento não foi entregue em sua totalidade, como determina o termo de referência. Vale dizer, os impactos da obra sobre os povos indígenas ainda não são conhecidos em sua totalidade”, criticam na ação os procuradores da República Felipe Bogado e Manoel Antônio Gonçalves da Silva, que atuam em Mato Grosso, e Felício Pontes Jr., que atua no Pará.

Na ação, o MPF cita pareceres da Funai sobre os estudos realizados. Para a autarquia, são “inconsistentes” os programas previstos nos estudos para redução de impactos aos indígenas.

Segundo a Funai, falta planejamento para ações integradas em proteção territorial, proteção aos índios isolados, proteção à saúde, monitoramento participativo da qualidade da água, da fauna e das espécies de peixes. Falta também planejamento para ações integradas de gestão territorial e ambiental, de recuperação de áreas degradadas, de formação e capacitação, de comunicação social, de educação ambiental, geração de renda, valorização cultural do patrimônio material e imaterial, entre outros itens ausentes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2013

Brasília, 23 de setembro de 2013.

“Cumprindo tabela” - “Apenas essa constatação já seria suficiente para demonstrar que não se pode chegar às audiências públicas sem que estes programas estejam em debate, sob pena de se tornarem inócuas”, alertam os procuradores da República. Para o MPF, essa irregularidade é ainda mais grave por se tratar de um processo de licenciamento que, segundo palavras da própria Funai, é marcado “por conflitos e tensões, e alguns confrontos diretos” e em que o estudo do componente indígena está sendo feito de qualquer maneira, “apenas para cumprir tabela”.

“Como levar esses estudos às audiências públicas, já que não demonstram com clareza nem mesmo a obra em si (projeto executivo), quanto mais os verdadeiros impactos e suas mitigações/compensações em relação aos indígenas?” questionam os autores da ação.

A EPE chegou a apresentar à Funai uma resposta sobre as críticas feitas pela autarquia. Apesar de a Funai ainda não ter se manifestado sobre os argumentos da EPE, o Ibama agendou as audiências públicas. No entanto, para o MPF a participação popular não é apenas um requisito formal do licenciamento. “É fundamental a participação efetiva da população, sobretudo a atingida, que tem direito de saber os reais impactos do empreendimento e questionar sua viabilidade”, destaca a ação.

Além de pedir a suspensão das audiências, o MPF solicitou à Justiça Federal que obrigue a EPE a concluir o estudo do componente indígena, sob pena de aplicação de multa. O MPF/MT e o MPF/PA pedem a aplicação de multa também ao Ibama, caso sejam realizadas as audiências públicas sem a conclusão do referido estudo.

Processo nº – 0013839-40.2013.4.01.3600 – 1ª Vara Federal em Cuiabá (MT)

[Link para acompanhamento processual](#)

[Íntegra da ação](#)

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal no Pará
(91) 3299-0148 / 3299-0177



Audiência pública interativa debate desempenho de cotistas nas universidades

SÍTIO DOURADOS AGORA, 23.09.2013

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza nesta terça-feira (24), às 10h, audiência pública interativa sobre o desempenho dos cotistas nas universidades e nos concursos públicos.

No Portal e-Cidadania, os interessados poderão assistir à audiência ao vivo e participar do debate com o envio de perguntas e comentários a senadores e convidados (bit.ly/CDHCotistas).

A Lei 12.711/2012, que tornou obrigatória a reserva de vagas nas universidades federais para estudantes negros completou um ano de vigência.

Em agosto, o Ministério da Educação informou que, das 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 (32%) foram preenchidas por estudantes cotistas.

A Lei 12.711/2012, a ser implantada gradualmente, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As demais vagas permanecem para ampla concorrência.

Em 2013, todas as universidades e institutos federais terão que reservar 12,5% (ou 1/8) de suas vagas para alunos das escolas públicas. Em quatro anos serão 50%.

Destas vagas reservadas para a escola pública, metade será destinada para estudantes com renda mensal familiar até um salário mínimo e meio.

O preenchimento das vagas deve levar em conta ainda critérios de cor ou raça, seguindo dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As universidades que já publicaram os seus editais para o vestibular, terão de fazer novas chamadas, de acordo com o estabelecido pela nova lei. (Agência Senado)



Chamada dispõe R\$ 7 milhões para alimentos destinados a grupos e emergência
SÍTIO DOURADOS AGORA, 23.09.2013

Chamada pública para investimento de R\$ 7 milhões na aquisição de 2,8 toneladas de alimentos – a ser distribuídos a grupos populacionais específicos e municípios em Situação de Emergência – foi divulgada na quarta-feira, 18 de setembro.

De acordo com a publicação, os recursos podem ser usados para compras de produtos como feijão, farinha de trigo e de mandioca, flocos de milho e macarrão.

A primeira chamada da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do ano – da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – estabelece o envio de propostas até o dia 27 de setembro.

Nessa proposta, devem ser enviados também os documentos de habilitação, com detalhamento dos produtos e quantidades necessárias em cada unidade armazenadora.

A estimativa é de que os alimentos beneficiem 400 mil famílias, entre indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, além da população de Municípios em Emergência.

Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), as este tipo de compra permite ganho de renda aos agricultores e economia a administração municipal, que lida diretamente com as necessidades da população, especialmente no caso de emergência. (Agência CNM)



Câmara dos Deputados adia instalação de grupo que analisará PEC 215

SÍTIO DOURADOS AGORA, 21.09.2013

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), suspendeu a reunião para a instalação da comissão especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

O encontro estava marcado para quarta, dia 18, às 14h30. O texto transfere para o Legislativo a prerrogativa de demarcação de terras indígenas.

De acordo com o presidente em exercício da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), a decisão foi tomada porque parlamentares do PT pediram ao presidente da Câmara mais tempo para discutir a matéria.

O PT já manifestou posição contrária à PEC e ainda não indicou o nome dos membros para compor a comissão especial.

Na quarta, dia 18, durante a reunião da Comissão de Agricultura, parlamentares da bancada ruralista criticaram a suspensão da instalação da comissão especial.

Essa é a maior demonstração de incompetência e frouxidão desta Casa – disse o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Já o deputado Bohn Gass (PT-RS) defendeu a suspensão.

Com a PEC 215 queremos mudar uma tarefa que cabe ao Executivo. Ao Legislativo, cabe fiscalizar.

Estamos mudando para dizer que o deputado terá a tarefa da presidenta. Sob o ponto de vista do mérito, não concordamos – frisou o petista.

A proposta é polêmica e contrapõe índios e produtores rurais. A tramitação da PEC está parada desde abril quando centenas de indígenas invadiram o plenário da Câmara em ato de contrário à proposta.

Os parlamentares acusam a Fundação Nacional do Índio de praticar ilegalidades nos laudos antropológicos usados para identificar áreas indígenas.

Já o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tem dito que o governo é contrário à PEC por considerá-la inconstitucional, ao ferir o preceito da separação dos Poderes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2013

Brasília, 23 de setembro de 2013.

Na semana passada, o deputado Henrique Eduardo Alves havia assinado a autorização para a instalação da Comissão Especial para analisar a PEC 215.

Polêmico, o projeto é alvo de um mandado de segurança da bancada indigenista contra a instalação dessa comissão, sob análise pelo Supremo Tribunal Federal. (Agência Brasil)



Juízes demandam que Ministro da Justiça assine portaria da TI Tupinambá de Olivença

SÍTIO CIMI, 23.09.2013

"Não é razoável que, decorridos mais de quatro anos, o Ministério da Justiça não consiga decidir o que fazer", afirma a nota da Associação Juízes para a Democracia (AJD) em relação à Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que aguarda a assinatura da portaria declaratória pelo ministro José Eduardo Cardozo. Este é o procedimento que falta para que o processo demarcatório se encaminhe para as etapas finais. De acordo com dados da Funasa para 2009, cerca de 4.700 Tupinambás vivem na área, localizada em porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, no sul da Bahia.

Há mais de um mês, a situação no extremo sul da Bahia é bastante tensa desde que o povo Tupinambá retomou fazendas que estão dentro da área identificada como indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A Força de Segurança Nacional chegou no município de Buerarema no dia 14 de agosto com o objetivo de frear a escalada de violência contra o povo Tupinambá, mas não teve êxito.

Um caminhão que transportava estudantes da Escola Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro foi alvejado em uma emboscada. Posteriormente, não-índios atearam fogo em veículos de órgãos públicos e em um ônibus escolar. Indígenas que vivem na zona urbana de Buerarema tiveram suas casas e bens pessoais incendiados. Os Tupinambás vêm recebendo ameaças cotidianas e tiveram parte de sua produção agrícola (cacau e farinha de mandioca) roubada; não-indígenas que os apoiam sofreram tentativas de linchamento; comerciantes identificados com os índios tiveram suas lojas atacadas. Por razões de segurança, os indígenas não têm saído da aldeia, o que impede o acesso a serviços de saúde e acarreta significativos prejuízos econômicos, ao impossibilitar a comercialização da produção agrícola.

Diante da gravidade da situação, a Associação Juízes para a Democracia enviou, no último dia 16, uma carta ao ministro da Justiça, solicitando que ele "reverta este quadro dramático, concretizando os direitos constitucionais atribuídos aos índios, tomando as providências no âmbito do Ministério da Justiça para regularização das terras indígenas do sul da Bahia, com a urgência que o caso requer".

Leia abaixo a carta na íntegra:

Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo.

Ref: Terra Indígena

CONT.



Tupinambá - Bahia

A ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA - AJD, entidade não governamental, sem fins lucrativos e corporativistas, que congrega juízes de todo o território nacional e instâncias, cujos objetivos estatutários são, dentre outros, a defesa dos direitos das minorias na perspectiva de emancipação social dos desfavorecidos, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, para expor e requerer o quanto segue:

A Associação Juízes para a Democracia foi uma das coordenadoras da Campanha "Eu Apoio a Causa Indígena", que foi entregue, em mãos, a Vossa Excelência, por representantes dos povos indígenas, no momento em que Sua Excelência era ouvida na Câmara dos Deputados, no dia 04 de dezembro de 2012. Naquela oportunidade, foram por eles apresentados os termos da Campanha e o rol dos apoiadores: indigenistas, entidades indígenas, de direitos humanos e as cerca de vinte e uma mil assinaturas de apoiadores da causa, dentre os quais constaram, entre os primeiros, Antonio Candido, Kabengele Munanga, Noham Chosmky, Eduardo Galeano, Dalmo de Abreu Dallari, Fabio Konder Comparato, Milton Hatoun, Fernando Moraes, Wagner Moura, Leticia Sabatela, Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí, José Celso Martinez Corrêa, etc...

Destacamos, na oportunidade, que o Estado brasileiro fomenta a violência, por sua inércia, ao não cumprir a Constituição Federal, que determina que a União deveria ter concluído a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir de 1988.

Nessa questão, o Brasil também assumiu compromissos internacionais, especialmente indicados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, os quais obrigam o Brasil a tomar medidas necessárias para identificar terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e garantir a efetiva proteção de seus direitos.

O processo de identificação da Terra Indígena Tupinambá, no sul da Bahia (Olivença), teve início apenas em 2004 e, somente em abril de 2009, a FUNAI aprovou o relatório circunstanciado que delimitou a TI em porções que se localizam nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Uma (DOU – 20.4.09).

O relatório circunstanciado foi encaminhado a Vossa Excelência para o ato seguinte do procedimento, mas até hoje, ultrapassado longamente o prazo de 30 dias, determinado no decreto 1775/06, aguarda-se posição de Vossa Excelência, para expedição da portaria declaratória. Certo que, na hipótese de haver ocupantes não índios na área sob demarcação, os quais tenham perfil de usuários da reforma agrária, seja dada prioridade ao reassentamento, nos termos do decreto; ou, se outro for o entendimento, que seja desaprovada a identificação.

Não é razoável que, decorridos mais de 4 anos, o Ministério da Justiça não consiga decidir o que fazer.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 172/ 2013

Brasília, 23 de setembro de 2013.

Nos últimos dois meses, a tensão existente no sul da Bahia se agravou. A violência é alarmante em Buerarema, Ilhéus e Uma, tanto que para lá foi deslocada a Força Nacional. Mas estamos cientes de que o único caminho para cessar a violência e garantir justiça para todos os envolvidos é a demarcação das terras.

A falta de delimitação e demarcação dos territórios tradicionais aguça os conflitos que se retroalimentam da inoperância o Estado. Os indígenas sofrem diariamente violações das mais diversas e os não indígenas também são impactados pela morosidade do processo demarcatório, vivendo uma situação de indefinição.

Apelamos para que Vossa Excelência reverta este quadro dramático, concretizando os direitos constitucionais atribuídos aos índios, tomando as providências no âmbito do Ministério da Justiça para regularização das terras indígenas do sul da Bahia, com a urgência que o caso requer.

Aproveitamos o ensejo para nos colocar à disposição de Vossa Excelência.

São Paulo, 16 de setembro de 2013.

Kenarik Boujikian Felipe

Presidenta do Conselho Executivo

Associação Juízes para a Democracia

CNPJ 65.518.532/0001-60



Vídeo critica discurso ruralista em meio à ofensiva contra demarcação de terras indígenas

SÍTIO AMAZÔNIA, 21.09.2013

Curta disponível na internet rebate teses sobre a produtividade de latifúndios e lembra: 70% dos alimentos e 75% dos empregos no campo vêm da agricultura familiar, em pequenas propriedades

Um vídeo que circula na internet desde a última quarta-feira (18) tenta contra-argumentar as teses que defendem a manutenção da estrutura fundiária brasileira, em meio aos debates acerca da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215). O Brasil é um dos países que apresenta maior concentração de terras em todo o mundo.

Conhecido por PEC 215, o projeto conta com apoio irrestrito dos deputados ligados à Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como bancada ruralista, e prevê que as ações de demarcação de terras indígenas passem a ser realizadas pelo Poder Legislativo, em vez do Executivo, a quem hoje cabe a tarefa.

Ao contrapor dados e informações sobre a situação agrária no país, o vídeo sugere a latifundiários e grandes proprietários de terras: "Baixa a bola, ruralista. Você não nos alimenta, você não nos representa!".

Enquanto, de um lado, entusiastas do agronegócio brasileiro defendem a importância da matriz econômica primária para a economia brasileira, o curta lembra, por outro, que, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), as pequenas propriedades produzem cerca de 70% dos alimentos consumidos no país.

No decorrer das cenas, somam-se ainda mais argumentos. Pelo menos 75% dos empregos no campo estão em trabalhos desenvolvidos por minifúndios de agricultura familiar, em uma porção que ocupa apenas 30% das terras agricultáveis no Brasil.

O vídeo não só destaca a maior produtividade e geração de renda das pequenas propriedades como também os esforços desempenhados por pequenos produtores e os danos causados por latifundiários.

Segundo o curta, ao mesmo tempo que o agronegócio recebeu R\$ 107,2 bilhões do Plano Safra 2011/2012, do Governo Federal, apenas R\$ 16 bilhões foram destinados à agricultura familiar.

Além disso, o vídeo reforça a noção de que latifúndios monocultores ou produtores extensivos de gado estão entre os maiores infratores de direitos humanos, trabalhistas e ambientais no Brasil. Na "lista suja" do trabalho escravo, a criação de bovinos é a atividade econômica campeã na quantidade de nomes inseridos.



Em menos de 24 horas outra indígena de 19 anos é encontrada morta em Amambai
SÍTIO PANTANAL NEWS, 21.09.2013

Uma indígena de 19 anos cometeu suicídio ao se enforcar com uma corda amarrada no galho de uma árvore situada próxima a casa onde morava, em Amambai, distante a 342 km de Campo Grande.

O fato aconteceu na madrugada desse sábado (21) na Aldeia Amambai, situada a cerca de 5 quilômetros da cidade.

Uma equipe da SESAI (Secretaria Especial da Saúde Indígena) chegou a ser acionada, mas ao chegar ao local a indígena, Márcia Martinez de Souza, de 19 anos, já estava morta.

A Polícia Civil da cidade foi acionada para realizar o levantamento de praxe.

De acordo com a SESAI, a jovem foi encontrada pendurada pelo pescoço pelo próprio pai.

A família não soube informar os motivos que levaram a jovem indígena a tirar a própria vida.

Segundo Caso

Esse foi o segundo caso de suicídio de jovem indígena registrado na Aldeia Amambai em 24 horas.

Na tarde de sexta-feira (20) uma índia de 15 anos também cometeu suicídio ao se enforcar com um pedaço de pano amarrado a uma travessa da casa onde residia no interior da reserva indígena.



Professores indígenas ocupam Secretaria da Educação por concurso

SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013

Secretaria diz que concurso está organizado, mas é preciso ajuste em lei.

Eles alegam que salário chega a ser 40% menor que outros professores.



Um grupo de professores indígenas ocupa a sede da Secretaria Estadual da Educação na manhã desta segunda-feira (23) em Salvador. De acordo com um dos participantes do movimento, a categoria reivindica a realização de concursos públicos para os profissionais que atuam nas tribos.

"Estamos há 13 anos trabalhando em serviço temporário, já tivemos várias negociações com o governo e nenhum concurso público foi realizado. Recebemos em média 40% a menos que um professor comum com a mesma formação, o que é um absurdo", afirma Agnaldo Pataxó, professor da Escola Estadual da aldeia indígena Caramuru, em Pau Brasil, sul da Bahia.

O professor estima que o grupo seja composto por 60 pessoas, entre profissionais de ensino, pais e alunos. A previsão, segundo Agnaldo, é de que até terça-feira (24) esse número cresça para 240 pessoas. Os manifestantes reuniram as reivindicações em um documento que, segundo eles, foi encaminhado para a Governadoria.

Procurada pelo G1, a assessoria da Secretaria da Educação informou que todos os trâmites para a realização do concurso já foram organizados e que o edital está pronto, mas para a seleção ocorrer é preciso incluir a carreira indígena na lei de magistério. Ainda segundo a Secretaria, o projeto de modificação na lei foi encaminhado sexta-feira (20) para a Assembleia Legislativa, com pedido de urgência.

Uma representante da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena negocia a desocupação da Secretaria, informou a assessoria.

Polícia monta operação para conter invasão de terreno em Iranduba no AM
SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013

Operação da polícia ocorre em terreno na AM-70, em Iranduba.
Área foi ocupada há cerca de três meses, segundo a polícia.



A polícia montou barreiras para impedir a entrada de pessoas no terreno invadido na AM-70 localizado em Iranduba, a 27 Km de Manaus. A operação iniciou por volta das 5h30 desta segunda-feira (23). A área foi ocupada há cerca de três meses por índios e não-índigenas.

De acordo com o coronel Amadeu Soares, cerca de 400 policiais militares, civis e federais estão no local. Ele explicou que a ordem do juiz Érico Rodrigo Freitas é para proibir, nesta primeira fase, o acesso de pessoas e veículos à invasão. A segunda fase, que é a reintegração de posse, pode acontecer a qualquer momento. A ação é coordenada pelo Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

"Estamos aguardando o mandando de reintegração de posse para a retirada das pessoas. Nesse momento, montamos as barreiras para cumprir a decisão judicial. Sempre há resistências, mas já houve conversa para minimizar qualquer possibilidade de confronto", explicou.



Médicas cubanas vão atender indígenas da região de Itaituba, PA

SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013

Estrangeiras, que integram o "Mais Médicos", já estão na cidade. Durante as próximas semanas, elas devem conhecer aldeias da região.

As duas médicas cubanas que vão trabalhar no Distrito Sanitário Especial Indígena (Dissei) em Itaituba, sudoeste do Pará, já estão na cidade. As médicas, que integram o programa Mais Médicos, chegaram ao município na última sexta-feira (20).

Além de Itaituba, o distrito sanitário onde elas atuarão atende as cidades de Trairão, Novo Progresso e Jacareacanga. São mais de dez mil indígenas divididos em 120 aldeias de 4 etnias. Atualmente 15 equipes de saúde trabalham nessa área, especialmente no combate a mortalidade infantil, relacionada às questões culturais, e a malária.

As médicas vão permanecer em Itaituba durante duas semanas. Elas devem ser apresentadas a comunidade, e também devem conhecer as aldeias mais próximas ao município. tópicos:

Em MS, ocupação de índios na sede da Sesai completa cinco dias

SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013



Índios ocupam DSEI em MS e pedem exoneração de coordenador (Foto: Tatiane Queiroz/ G1 MS)

Coordenador pediu reintegração de posse. Atividades estão paradas.

Grupo assinou documento que pede a saída do coordenador do órgão.

O prédio do Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI), em Campo Grande, continua ocupado por índios das etnias terena e guarani-kaiowá. Nesta segunda-feira (23), o grupo assinou uma carta que pede a exoneração do coordenador do órgão, Nelson Olazar. Segundo o vice-presidente do Conselho de Saúde Indígena do estado, Pedro Terena, o documento será entregue para o titular da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Antônio Alves de Souza.

CONT.



Os índios ocuparam a sede do DSEI na manhã de quarta-feira (18). O grupo informou ao G1 que pediu uma reunião com Olazar, mas que até o momento não foi atendido. Ainda segundo Pedro Terena, o protesto é pacífico, não houve depredação do prédio e nem expulsão dos funcionários do órgão.

Olazar disse ao G1 que registrou um boletim de ocorrência por invasão e pediu a reintegração de posse do prédio. Ele informou ainda que as atividades do órgão estão paradas.

"Não tenho como garantir a segurança dos funcionários. Até que a Justiça se pronuncie, as atividades permanecerão paradas", afirmou.

Motivo

De acordo com Souza, os índios querem a saída de Olazar porque o atendimento em saúde nas aldeias "está estagnado". O servidor ocupa o cargo há seis anos.

A Sesai

O DSEI pertence à Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), órgão ligado diretamente ao Ministério da Saúde e é responsável pela atenção básica e por intermediar, com a rede pública, hospitais e atendimentos de média e alta complexidade.

O presidente do Conselho informou que o DSEI em Mato Grosso do Sul recebe, anualmente, do Governo Federal, R\$ 45 milhões, sendo R\$ 30 milhões destinados aos recursos humanos e R\$ 15 milhões para execução direta dos serviços.



Derrubada de mastros marca encerramento do Sairé no Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 23.09.2013

***Homens derrubaram mastro primeiro e venceram disputa.
Evento marca fim da festa do Sairé, em Alter do Chão.***

A homens e mulheres da vila de Alter do Chão, distante cerca de 40km de Santarém, oeste do Pará, participaram hoje da disputa pela derrubada dos mastros: empunhando machados, os dois grupos golpearam as toras de madeira decoradas. Os homens conseguiram derrubar seu mastro primeiro, e foram os vencedores da competição que marca o encerramento do festival do Sairé.

Os mastros são símbolos do evento cultural realizado na vila. No dia 14 de setembro homens e mulheres buscaram os mastros na floresta, que foram decorados com frutas e galhos no dia 19, dando início ao festival. Após a derrubada, a população seguiu em procissão, que terminou com a dança folclórica do quebra-macaxeira.

Disputa

No último domingo a população de Alter do Chão acompanhou outro momento tradicional do Sairé, a disputa entre os botos Tucuxi (cinza) e Cor de Rosa. Os grupos encenaram representações da lenda do boto, fazendo coreografias com referência a cultura indígena e aos ribeirinhos. Apesar do atraso de 2h nas apresentações, o público se divertiu acompanhando o espetáculo que encerrou por volta de 4h da manhã de segunda-feira.



Indígena brasileiro recrutado pelas Farc se entrega na Colômbia

SÍTIO GLOBO.COM, 22.09.2013

(AFP) - Um indígena brasileiro de 24 anos identificado como 'Hernán' se entregou ao Exército colombiano após ser recrutado pela guerrilha das Farc, informou um oficial neste domingo.

O indígena, da 'etnia Kurripaco, oriunda do Brasil, seu país de origem', revelou que foi recrutado pelas Farc há seis meses, após cruzar a fronteira e entrar no território colombiano para trabalhar como agricultor com seu tio.

O recrutamento ocorreu na isolada zona rural do município de Inírida, departamento de Guainía, na fronteira com o Brasil.

Durante sua permanência nas fileiras das Farc, o indígena foi treinado no uso de armas e explosivos e trabalhou cavando trincheiras, informou o Exército.

Segundo o nativo brasileiro, outros 30 indígenas - das etnias Kubeos, Desanos e Tucanos - estão com as forças das Farc na mesma região.

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), principal guerrilha do país, negociam a paz com o governo do presidente Juan Manuel Santos desde novembro de 2012, em Cuba, sem que haja uma trégua entre os dois lados.



Em Boa Vista, indígena leva seis facadas de paciente psiquiátrico

SÍTIO GLOBO.COM, 22.09.2013

Caso ocorreu na tarde deste domingo (22), na BR-174 sentido Cauamé. Confusão começou após agressor ser chamado de 'presidiário lixo'.

O indígena macuxi identificado apenas como Joacy, de 30 anos, se envolveu em uma briga e levou seis facadas de um homem conhecido como Adailton Vieira Araújo, de 43 anos, segundo a Polícia Militar. O caso ocorreu na tarde deste domingo (22), na BR-174, no bairro Cauamé, em Boa Vista. Outros dois indígenas também se envolveram na confusão, mas não ficaram feridos.

De acordo com o agressor, que afirmou ser paciente psiquiátrico, a vítima e os dois amigos teriam mexido com ele, o chamando de 'presidiário lixo'.

"Estava caminhando na rodovia quando os três rapazes alcoolizados mandaram eu parar alegando serem da 'polícia federal'. Mandaram eu me ajoelhar. Como recusei, vieram para cima de mim com uma tábua. Eu tive de me defender com a faca. Implicaram comigo porque eu sou reeducando, mas se deram mal", afirmou.

De acordo com um amigo do indígena esfaqueado, eles estariam voltando de Boa Vista para a comunidade indígena quando encontraram o agressor. "Encontramos esse 'estuprador' no meio do caminho. Ele mexeu com a gente, por isso fomos tomar satisfação e ele reagiu atingindo seis facadas no nosso amigo", relatou.

O tenente da Polícia Militar Izael disse que transitava, junto com a equipe, pela rodovia federal quando se deparou com a briga. "Estávamos em outra ocorrência, nas proximidades de onde ocorreu o esfaqueamento, quando nos presenciamos a situação. Eles estava em vias de fato e paramos para separá-los. Esse cidadão que se diz paciente psiquiátrico desferiu seis facadas no indígena que ficou em estado grave", explicou o policial.

Adailton Vieira também foi ferido na cabeça com um pedaço de pau. Ele foi levado ao Pronto Socorro Francisco Elesbão e em seguida conduzido ao 5º Distrito Policial. A vítima segue internada em estado grave.